

JUSTIÇA ELEITORAL

Moro no banco dos réus

Começa hoje, no TRE do Paraná, o julgamento do senador, acusado de abuso de poder econômico. Ele corre o risco de perder mandato

» HENRIQUE LESSA

O futuro do senador Sergio Moro (União-PR) começa a ser decidido hoje, às 14h, em julgamento no qual ele é acusado de abuso de poder econômico na eleição de 2022. Os sete desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em Curitiba, terão as sessões de hoje, quarta-feira e 8 de abril para definir se o parlamentar descumpriu regras eleitorais durante a campanha.

A principal acusação contra Moro é a de desrespeitar o teto de gastos em quase três vezes o valor permitido. Na campanha, o ex-juiz ficou no máximo estabelecido, de R\$ 4,5 milhões, porém, conforme ação movida pelo PL, legenda do ex-presidente Jair Bolsonaro, e pelo PT, ele teria gastado mais R\$ 8 milhões apenas no período de pré-campanha, somando o período em que esteve no Podemos, quando era pré-candidato à Presidência da República, e no União Brasil, partido para onde migrou para concorrer ao Senado.

Dirigentes das duas legendas no Paraná, reservadamente, apostam na condenação com um placar de ao menos 4 a 3 pela cassação. A expectativa é de que o voto do relator da ação, desembargador Luciano Carrasco Fala-vinha Souza, acompanhe o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná, que pediu a cassação do mandato do ex-juiz. Se for confirmada, ele ficará inelegível por oito anos.

Na avaliação de pessoas ligadas ao caso, o advogado José Rodrigo Sade — nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva novo juiz da classe dos advogados

Pedro França/Agência Senado



O advogado do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) disse que “a defesa prefere não falar, em respeito à proximidade do julgamento”

no TRE-PR —, mesmo tendo sido próximo do núcleo lava-jatis-ta, deve mostrar independência e ratificar a posição pela condenação de Moro. Em outro julgamento, quando era suplente na Corte, Sade se declarou suspeito de votar sobre o registro de candidatura de Deltan Dallagnol, por ter sido advogado do ex-coordenador da Operação Lava-Jato.

O advogado que representa o PL na causa, Guilherme Ruiz Neto, depois de publicar um vídeo nas redes sociais apresentando as razões para a cassação do ex-juiz, conversou com o **Correio** sobre o caso. Ele lembrou que a

ex-senadora e ex-juíza Selma Arruda (Podemos-MT), conhecida como Moro de Saia, por muito menos perdeu o mandato em 2020, pelo crime de abuso de poder econômico nas eleições de 2018.

“Tenho certeza de que o juiz Sergio Moro condenaria o político Sergio Moro se julgasse o caso”, garantiu Ruiz. “Os ilícitos foram fartamente comprovados por meio de gravações, pré-contratos, contratos, notas fiscais, comprovantes de pagamento e e-mail trocados entre o jurídico do União Brasil e os envolvidos no controle dos contratos de pré-campanha do ex-juiz.”

Segundo o advogado do PL, “impressionante é que o jurídico do União Brasil já vinha fazendo alertas aos envolvidos no controle dos contratos de pré-campanha”.

Ele mencionou um e-mail da advogada Amanda Prandino, assistente técnica do Departamento Jurídico do Diretório Nacional do União Brasil, que está no processo de cassação de Moro, em que a defensora alerta o diretório estadual no Paraná de que os gastos na pré-campanha poderiam complicar a candidatura do ex-juiz.

“Não houve formalização de contrato com essa empresa, tampouco houve o envio de qualquer

relatório. Ao que me parece, houve um pagamento, através de recursos próprios de uma nota fiscal enviada anteriormente. Resalto que serviços prestados diretamente a um único candidato/pré-candidato podem configurar campanha antecipada”, frisou a advogada do União em um e-mail enviado ao partido no Paraná. Na correspondência, ela questionava o pagamento de serviços de segurança particular prestados a Moro após a migração dele do Podemos para o União.

No entendimento da acusação, o e-mail mostra que o então candidato ao Senado pelo Paraná

sabia dos riscos e, intencionalmente, extrapolou o uso de verbas públicas do Fundo Partidário para montar a sua estrutura de campanha em 2022. Mas, segundo Ruiz, apesar de Moro ter gastado cerca de R\$ 4 milhões apenas no partido anterior — o Podemos —, no União Brasil as despesas da pré-campanha dele seriam suficientes para configurar o abuso de poder econômico.

“Independentemente dos gastos feitos pelo Podemos, só o que tem de despesas do União Brasil na pré-campanha de Moro já seriam suficientes para a cassação do mandato”, sustentou Ruiz.

Contatado pelo **Correio**, o advogado de Moro, Gustavo Guedes, disse que “a defesa prefere não falar em respeito à proximidade do julgamento, mas não vai entrar no mérito, o que está dito já está no processo”.

Corrupção

Além da acusação de abuso de poder econômico contra Moro, caberá ao Ministério Público decidir se investiga questões apontadas na ação que indicam eventual prática de corrupção eleitoral com caixa 2 na campanha do ex-juiz.

Ruiz destacou à reportagem que, quando filiado ao Podemos, Moro foi contratado por mais de R\$ 20 mil ao mês para prestar consultoria, mas a legenda não apresentou nenhum relatório de atividades dele.

Ruiz enfatizou que os valores do Podemos e do União são provenientes de verbas públicas tanto do Fundo Partidário quanto do Fundo Eleitoral e que, por isso, devem ter criteriosa prestação de contas pelas legendas.

Em parceria com o colégio **Marista Brasília**, o **Correio Braziliense** realizará o evento **Futuro em foco: explorando carreiras**.

Uma imersão completa nas oportunidades e desafios que moldam o cenário profissional atual.

Prepare-se para trilhar o caminho para o sucesso em sua carreira!

DATA

05/4 a partir das 15h30

Transmissão

AO VIVO no site e redes sociais do Correio

 correiobraziliense.com.br

 /correiobraziliense

 @correio.braziliense

Leia o QR CODE e saiba mais sobre o evento:







FUTURO EM FOCO

Explorando carreiras

Apresentado por:

**COLÉGIO MARISTA DE BRÁSILIA**

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE
www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br